



PROCESSO	188.065-9/2024
INTERESSADO	FLITE ROCHA IBANE
PROCEDÊNCIA	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
ASSUNTO	REVISÃO DE RESERVA REMUNERADA
RELATOR	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da apreciação da legalidade, para fins de registro, do **ato de revisão de reserva remunerada**, em que figura como interessado o senhor **FLITE ROCHA IBANE**, CPF nº 429.400.101-10, transferido para inatividade mediante reserva remunerada, no cargo de TERCEIRO SARGENTO LC 541/2014, Referência "N-003", quando em atividade, lotado na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, nesta Capital, com proventos integrais de contribuição e tendo em vista o que consta do processo nº 2024.0.02763, do Mato Grosso Previdência.
2. Os atos concessórios da aposentadoria, Ato nº 7.044/2015 retificado, em parte, pelo Ato nº 9.039/2016, foram registrados mediante o Acórdão nº 237/2016-PV, em Sessão de Julgamento do Plenário Virtual no período de 25 a 29/04/2016, processo nº 27.912-9/2015.
3. Por meio da Portaria nº 16894/BCG/CGPM/MT2018, publicada no Boletim do Comando Geral de 10/10/2015, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, demitiu o servidor das fileiras da PMMT, oportunidade em que houve revisão da aposentação pelo Governo do Estado de MT com a publicação do Ato nº 2.024/2019, que tornou sem efeito o Ato nº 7.044/2015.
4. Em razão do cancelamento da aposentadoria, o servidor propôs ação judicial para ver declarada a nulidade com pedido de restituição de valores por danos morais e tutela de urgência, que tramitou perante a 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande, que, liminarmente¹, acolheu parcialmente o pleito e determinou o restabelecimento dos proventos de aposentadoria até a decisão de mérito, o que desaguou na publicação do Ato nº 3.435/2019, que tornou sem efeito o Ato nº 2.024/2019 e restabeleceu os efeitos do Ato nº 7.044/2015.

¹ Documento Digital nº 496408/2024





5. Após recurso do Estado de Mato Grosso, a 2ª Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, manteve² a penalidade de demissão das fileiras da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e cassou a aposentadoria do interessado, fato que culminou com a publicação do Ato nº 791/2024, que tornou sem efeito o Ato nº 3.435/2019 e restabeleceu os efeitos do Ato nº 2.024/2019.

6. Ainda, houve a publicação do Ato nº 841/2024 que retificou, em parte, o Ato nº 791/2024, mantendo a penalidade de demissão, contudo, fixando data de início dos efeitos financeiros.

7. Por fim, o Ato nº 895/2024, que retificou, em parte, Ato nº 841/2024 para corrigir o nome do ex-servidor.

8. Em análise³, a 5ª Secex sugeriu o registro dos Atos nº 895/2024, 841/2024 e 791/2024, todos publicados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso nº 28.765, 28.758 e 28.751, em 18/06/2024, 07/06/2024 e 27/05/2024, respectivamente.

9. O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº 165/2025⁴, subscrito pelo Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, manifestou pelo registro dos seguintes Atos: a) Ato nº 3.435/2019, tornado sem efeito pelo Ato nº 791/2024; b) Ato nº 791/2024, que restabeleceu os efeitos do Ato nº 2.024/2019; c) Ato nº 2.024/2019; d) Ato nº 841/2024, que retificou em parte o Ato nº 791/2024, e e) Ato nº 895/2024, que retificou em parte o Ato nº 841/2024.

10. É o relatório.

Cuiabá, 23 de abril de 2025.

(assinatura digital)⁵

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

Relator

² Documento Digital nº 496408/2024

³ Documento Digital nº 565947/2025 e 565956/2025

⁴ Documento Digital nº 566769/2025

⁵ Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

